

» Entrevista | RICARDO CAPELLI | INTERVENTOR NA SEGURANÇA PÚBLICA DO DF

Em entrevista ao *CB.Poder*, o secretário-executivo do Ministério da Justiça afirmou que a situação na capital federal está estabilizada e que foi cumprido o objetivo central de esvaziar a “incubadora de planos golpistas” instalada em frente ao QG

“Não foi coincidência Torres na Segurança”

» SAMANTA SALLUM

Ao ser nomeado interventor federal na Segurança Pública do Distrito Federal, em meio à mais alta tensão na Esplanada, com o país sob ameaça à democracia, Ricardo Capelli foi para o front. Homem de confiança do ministro da Justiça, Flávio Dino, Capelli esteve pessoalmente na coordenação para debelar os atos terroristas na Esplanada, tendo de comandar a PM.

Em entrevista exclusiva ao *CB.Poder Especial* — parceria

entre *Correio* e TV Brasília (veja QR Code para o vídeo), relata os momentos críticos, mas garante que a agora a situação está estabilizada. “Tenho absoluta segurança de que vamos desmontar essa organização criminosa que tentou dar um golpe de Estado.”

Aponta ainda para fatos que evidenciam a sabotagem no plano operacional para aquele domingo, 8 de janeiro. Um deles, o do ex-ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro, Anderson Torres, ser o secretário de Segurança, em viagem ao exterior, no dia.

Quando foi nomeado para ser interventor, qual foi a missão que o ministro Flávio Dino passou ao senhor?

A missão que eu recebi do ministro Flávio Dino e do presidente Lula foi direta: restabelecer o comando das forças de segurança e encerrar rapidamente aqueles eventos lamentáveis que ocorreram na tarde/noite do dia 8. Mas agora a situação está normalizada. As pessoas podem ter confiança de que o comando foi restabelecido. Nós temos plena confiança na Polícia Militar, na Polícia Civil e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Qual foi a situação que o senhor encontrou naquele momento?

Muita tensão. Primeiro eu reuni o comando. Levantamos o número de homens disponíveis em campo naquele momento e quantos poderíamos mobilizar. Determinei que todos os comandantes fossem comigo para a Esplanada, para comandarmos a tropa diretamente no campo, e foi isso que fizemos. Encontramos o comando da tropa bastante aflito. Eu diria até um pouco atordoado, em função daqueles eventos inimagináveis.

Naquela mesma noite o senhor tentou desmobilizar o acampamento do QG do Exército. O que ocorreu?

O nosso objetivo era esvaziar a Esplanada e prender o máximo possível de golpistas e pessoas que atentaram contra o Estado. Depois, subimos com a tropa até o Setor Militar Urbano. Na porta do local, houve uma ponderação do Exército, através do general Dutra, comandante militar do Planalto, que seria mais adequado o desmonte dos acampamentos no dia seguinte, porque, à noite, poderia gerar algum nível de enfrentamento. Queríamos fazer tudo com a mais absoluta paz e tranquilidade, com o mínimo de confrontos.

Uma análise é de que isso acabou permitindo que muitos dos acampados fuissem, evitando serem presos ...

O nosso objetivo central foi cumprido. O foco era desmontar o acampamento, que funcionou como uma incubadora de planos golpistas e atentados contra o Estado Democrático de Direito. Desmontar aquele acampamento era o nosso objetivo central e a missão foi cumprida. Foram todos encaminhados para a Polícia Federal, presos e identificados. Inclusive, aquela prisão e a identificação estão servindo de instrumento, auxiliando na instrução dos

outros inquéritos. Recolhemos muitas informações

O senhor acha que essa intervenção vai permanecer até 31 de janeiro ou pode ser prorrogada ou até mesmo ter o fim antecipado?

Eu estou cumprindo uma missão que me foi dada pelo presidente da República, a princípio até o dia 31, mas essa avaliação cabe a ele e ao ministro Flávio Dino.

Numa linha do tempo, como pode resumir a situação desde quando assumiu, em 8 de dezembro até agora?

Nós tivemos uma fase crítica, que foi na tarde/noite do dia 8 (de janeiro). Diria que ela foi até a quarta-feira (11/1). Após o evento, tivemos o desmonte do acampamento em 9 de janeiro, a montagem de toda operação de identificação e prisão na Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal em 9 e 10 de janeiro, e houve uma um anúncio de um novo movimento logo no dia 11, o qual nos obrigou a fazer uma grande e exemplar operação. Então, até quarta-feira passada, vivemos o momento mais crítico e de maior tensão. A partir de quinta-feira viemos trabalhando na estabilização das forças de segurança.

Como está sendo a relação com a PM?

A PMDF está muito machucada e nada feliz com o que aconteceu. Temos 44 policiais militares feridos em combate. É uma instituição bicentenária e valorosa. Tenho reafirmado a plena confiança na PMDF Nosso trabalho, desde então, foi estabelecer a nossa relação com o comando das forças e isso temos feito com muito êxito.

O senhor acredita que houve erro do governador Ibaneis Rocha? A nomeação de Anderson Torres é a raiz do problema?

Não me parece coincidência que Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, tenha assumido em 2 de janeiro, trocado o núcleo da Secretaria Segurança Pública, viajado, e esse evento inaceitável tenha acontecido no dia 8. O Supremo Tribunal Federal assim entendeu também, por isso decretou a prisão do ex-secretário, e as investigações estão em curso e vão comprovar. É bom registrar que o senhor Anderson Torres só estaria de férias a partir da segunda-feira (9/1). Então, no dia 8, a responsabilidade pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal ainda era, formalmente, do senhor Anderson Torres.

Felipe Oliveira / SSP-DF



Tenho absoluta segurança de que vamos desmontar essa organização criminosa que tentou dar um golpe de Estado”



A governadora em exercício, Celina Leão, tem tido uma postura absolutamente colaborativa”



A PMDF está muito machucada e nada feliz com o que aconteceu”



Confira a entrevista no canal da TV Brasília no YouTube

O senhor avalia que há clima para que o governador Ibaneis Rocha realmente volte no prazo de 90 dias?

Não me cabe essa avaliação. O que eu posso afirmar é que, desde o momento que assumi, tenho contado com a colaboração de todos os membros do Governo do Distrito Federal (GDF). No acampamento que foi montado na Academia Nacional de Polícia, precisamos de apoio. O GDF, através do secretário Gustavo Rocha (Casa Civil), forneceu alimentação e todo o apoio logístico que foi solicitado. O secretário Valter Casimiro (Secretaria de Transporte e Mobilidade) nos apoiou com ônibus para que nós pudéssemos fazer os transportes. O secretário Wenderson Teles (Administração Penitenciária do Distrito Federal) nos prestou todo o apoio na questão das unidades prisionais para onde os presos foram encaminhados. A governadora em exercício, Celina Leão, tem tido uma postura absolutamente colaborativa. Então, o que eu posso dizer é que o Governo do Distrito Federal tem nos apoiado desde o primeiro momento.

A vice-governadora em exercício já sinalizou que vai pedir ao ministro Flávio Dino e ao governo federal uma indicação de alguém para assumir a Secretaria de Segurança Pública do DF após a intervenção. Qual deve ser o perfil do seu sucessor?

A responsabilidade por essa escolha é dos representantes legitimamente eleitos pelo povo do DF. A eles cabe essa escolha. Claro que o DF, em função de ter aqui todo o aparato do Governo Federal tem sempre uma interlocução muito próxima com o Governo Federal. Então, o que eu posso dizer é que o Ministério da Justiça estará pronto a colaborar, a manter a mais perfeita sintonia com os representantes legitimamente eleitos pelo povo do DF.

O senhor acha que deve ser novamente outro delegado da Polícia Federal?

O que eu posso afirmar é que, do ponto de vista do Ministério da Justiça e do Governo Federal, queremos estreitar cada vez mais o relacionamento e a cooperação interfederativa. Essa intervenção só ocorreu porque aconteceu uma quebra de confiança na relação interfederativa. Nós recebemos até o dia 8 informações de que tudo estava garantido. Houve uma insegurança, uma quebra de confiança e a intervenção foi feita. Essa confiança está sendo restabelecida.

As maiores críticas e maiores responsabilizações se voltaram para a conduta da PMDF no dia dos atos. E a Polícia Civil? O senhor acha que também falhou?

A responsabilidade pelo policiamento ostensivo é da PMDF. A PCDF também instaurou o inquérito na sua corregedoria para apurar eventuais falhas e comportamentos inadequados dos policiais civis, assim como a Polícia Militar já abriu inquéritos, e hoje (ontem) abriu o quinto inquérito para apurar eventuais condutas inadequadas de homens da sua força nos eventos acontecidos no dia 8. Mas volto a dizer que tenho plena confiança nas polícias Militar e Civil do Distrito Federal.

Quais serão os próximos acontecimentos desse caso?

As investigações estão em curso e eu acredito que, daqui para frente, num espaço curto de tempo, teremos uma sequência de ações, como consequência das investigações. Quem lidera esse processo é a Polícia Federal, que fez a maior mobilização de peritos da sua história. Tenho absoluta segurança de que vamos desmontar essa organização criminosa que tentou dar um golpe — que vai desde o financiamento até a presença de homens profissionais no campo de batalha. Esse foi um relato gravíssimo que eu recebi de homens da PMDF e que estamos apurando. Qual o fato mais estarrecedor

quando assumiu essa função e descobriu o que se passava aqui?

O que mais chocou a mim e a população foi vermos a sede dos Três Poderes, patrimônio cultural, da democracia e histórico do Brasil violentado, agredido, atacado de forma odiosa. Aquilo que aconteceu foi inaceitável. Ouvi os relatos das pessoas que trabalharam no planejamento da posse de 1º de janeiro, e são de que o corpo central da Secretaria de Segurança Pública virou noites aqui fazendo um planejamento minucioso da operação. Me chamou atenção isso: para o dia 1º uma dedicação exemplar, uma operação exitosa, e não houve nada semelhante para o dia 8. Sete dias depois, o comando da Secretaria trocado, o secretário viajando e a coisa absolutamente tratada de forma, no mínimo, negligente.

O senhor avalia que a autonomia política do DF será preservada? Também pode falar sobre a federalização das forças de segurança daqui?

Quería tranquilizar a população. Também sou um pouco brasileiro, tenho uma filha de 12 anos, nascida aqui em Brasília, já vivi aqui por 13 anos. Também sou apaixonado por essa cidade. Quería tranquilizar a população de Brasília de que temos total comando das forças de segurança e de que a situação está estabilizada. Com relação à autonomia política, até agora, esse não é um debate posto. A reflexão que está sendo feita nesse momento é sobre a necessidade de o Governo Federal possuir maior capacidade de intervenção em momentos críticos. O próprio ministro Flávio Dino está conduzindo isso com o presidente Lula. A forma não está clara, mas ficou evidente a necessidade de que o governo federal possa intervir diretamente para garantir a segurança dos poderes constituídos aqui na capital.

*Colaborou Carlos Silva, estagiário sob supervisão de Malcia Afonso